
terra roxa

e outras terras

Revista de Estudos Literários

MINHA VIDA DE MENINA, DE HELENA MORLEY: UM OLHAR SOBRE OS PERFIS DAS MULHERES OITOCENTISTAS

Silvana Capelari Orsolin¹ (UFU)
e Carlos Augusto de Melo² (UFU)

RESUMO: Este artigo se propõe a fazer uma análise da obra *Minha vida de menina*, de Helena Morley, pseudônimo de Alice Dayrell Caldeira Brant, tendo em vista a representação do papel da mulher no período oitocentista brasileiro. Publicado em 1942, esse livro é a reunião dos escritos de um diário que Helena escreveu de 1893 a 1895, quando tinha entre 13 e 15 anos de idade. Nessa obra, há diversas personagens femininas, sobretudo a mãe, a avó e a irmã de Helena, que possuem comportamentos condizentes com o patriarcalismo vigente na época em que o poder se concentrava, predominantemente, na figura masculina. Por outro lado, apesar dessa condição, pode-se perceber que Helena consegue romper, até certo ponto, com alguns dos preceitos estereotípicos impostos à mulher brasileira do século XIX. A protagonista reflete e questiona o papel da mulher oitocentista brasileira, destacando, por vezes, as diferenças entre homens e mulheres na sociedade desse período.

PALAVRAS-CHAVE: Helena Morley; feminino; mulheres oitocentistas.

INTRODUÇÃO

Piscitelli (1989: 127) considera que o século XIX foi um período em que o modelo patriarcal predominou. Às mulheres foram reservados os espaços da administração do ambiente doméstico, da maternidade e do cuidado com a moral e a tradição de sua família. Apesar dessas demarcações sociais, Zolin (2009: 220) assevera que houve tentativas de mudança em relação à condição feminina, por meio das precursoras manifestações feministas ocorridas na Europa que, posteriormente, atingiram outros continentes.

1 silcapelari@yahoo.com.br – <http://lattes.cnpq.br/8232406666262449>

2 carlosaug.melo@gmail.com – <http://lattes.cnpq.br/5205243411665484>

Por meio da leitura do diário *Minha vida de menina*, de Helena Morley (1998), é possível refletir acerca do papel da mulher e sua representação e das questões em torno do poder desigual entre homens e mulheres na sociedade brasileira oitocentista. Como afirmam Schumacher e Brazil (2000: 259, grifo nosso), “pela qualidade literária, o livro constitui um relato primoroso sobre o cotidiano brasileiro, sobretudo *sobre a vida das mulheres*”.

As figuras femininas não são representadas de maneira uniforme e homogênea. Cada uma é composta de personalidades e de atitudes particulares – dentro dos limites da sociedade conservadora do século XIX brasileiro. Neste artigo, veremos que, enquanto a protagonista Helena revela ser mais transgressora, as demais mulheres de sua família representam características mais condizentes com a política de domínio fundamentada no paternalismo senhorial oitocentista.

Nessa perspectiva, a personagem Helena parece romper, até certo ponto, com os preceitos estereotípicos da mulher oitocentista tradicional. Embora ainda vinculada a um comportamento subalterno e recatado, a protagonista mostra-se mais propensa a atitudes contrárias ao moralismo conservador, característico desse período. Ao contrário dela, a mãe, a avó e as tias parecem ser mais conservadoras e viver em função dos afazeres domésticos e da família, preocupando-se pouco com si mesmas. As mulheres afrobrasileiras, também personagens dessa narrativa, são representadas em condições subalternas e de exploração, em uma época de recente abolição da escravidão. Algumas delas viviam do trabalho informal, como lavadeiras, quitandeiras e empregadas domésticas, ganhando apenas o mínimo para a própria sobrevivência.

MINHA VIDA DE MENINA: UMA APRESENTAÇÃO

Alice Dayrell Caldeira Brant nasceu em Diamantina, Minas Gerais, em 1880 e faleceu no Rio de Janeiro, em 1970. Ela foi filha de Felisberto Moirell Dayrell, minerador e descendente de ingleses, e de Alexandrina Brandão Dayrell, pertencente a uma tradicional família mineira. Na obra, os pais ganharam pseudônimos: Alexandre e Carolina, respectivamente. Alice tinha mais três irmãos: Felisberto, Tereza e João, que no livro são chamados de Renato, Luizinha e Nhonhô.

A respeito do hábito de escrita, Alice Brant afirma ter sido incentivada desde muito nova por seu pai a escrever fatos do seu cotidiano. Em nota à primeira edição de *Minha vida de menina*, a autora afirma que a obra é uma reprodução de um diário escrito entre os anos de 1893 e 1895, quando tinha de 13 a 15 anos de idade. A publicação desses escritos, pela editora José Olympio, ocorreu somente em 1942, ano no qual Alice completou 62 anos.

Esses escritos ficaram guardados por longa data, até que em 1941, Alice, numa tarde de sábado, lê algumas passagens aos filhos e ao marido. Todos se encantaram com as histórias. A ideia de publicá-las partiu de Augusto Mário, que sugeriu:

– Por que não publicamos esse diário? Muita gente iria ter a oportunidade que estamos tendo de ouvir histórias tão interessantes de uma menina inteligente numa cidadezinha mineira, no final do século passado. Alice não achou graça na ideia. Ignez, sua filha, adorou. Depois de muita discussão, Alice concordou em transformar tudo aquilo num livro desde que fosse com pseudônimo, do contrário Diamantina inteira iria brigar com ela. Pensaram vários nomes. Alice preferiu Helena porque achava um nome muito bonito. E o sobrenome Morley, de sua avó materna. Assim nasceu Helena Morley. (Brant 2013: 49)

Tudo indica que Alice Brant opta pelo pseudônimo, Helena Morley, e a criação de nomes fictícios às demais personagens, por receio de criar constrangimentos naquelas pessoas analisadas criticamente por ela ao longo da narrativa. Apesar da distância temporal entre os períodos de escrita e de publicação do diário, Alice Dayrell afirma que nenhuma alteração foi feita, apenas pequenas correções gramaticais e substituições de nome, a fim de preservar as identidades dos familiares contidos na obra (Morley 1998: 14).

Em relação à autoria e à origem da obra, Schwarz (1997: 46) afirma que muitos críticos literários possuem dúvidas acerca de sua gênese, principalmente pelo fato de as páginas originais desses escritos jamais terem sido encontradas. O autor acrescenta o fato de não se saber ao certo o destino do diário, pois nem mesmo os familiares possuem informações a esse respeito. Em *Minha vida de menina*, a autoria é colocada em dúvida por questões diversas, como a distância entre o período de escrita e de publicação, a ausência de outros textos literários atribuídos a Helena Morley e o fato de ser escrito por uma mulher. No prefácio do livro, Alexandre Eulálio adverte que a obra poderia ser considerada pelos leitores como uma escrita da autora já adulta:

Neste caso – dizia em conversa um grande escritor brasileiro, Guimarães Rosa – estaríamos diante de um “caso” ainda mais extraordinário, pois, que soubesse, não existia em nenhuma outra literatura mais pujante exemplo de tão literal reconstrução da infância. (Morley 1998: 8, grifo do autor)

Além disso, Schwarz (1997: 46) sugere a possibilidade de que tenha havido interferências no texto original por parte do marido de Alice, Augusto Mário Caldeira Brant, e também do genro dela, Abgar Renault, ambos escritores. Sendo assim, eles poderiam ter reelaborado esses escritos originais, organizando-os para que pudessem ser publicados. Por outro lado, esse aspecto de que tenha havido interferência de outros escritores ou outra autoria é negado por Vera Brant, autora que tinha parentesco com Alice Dayrell. Em sua tese, Barcellos (2009: 255) apresenta o conteúdo de um e-mail trocado com Vera Brant, em que ela afirma que “quem conheceu Alice e Augusto Mário, conviveu com eles, sabe que o livro só poderia ter sido escrito por ela. Eram duas criaturas absolutamente diferentes”. No entanto, Vera Brant afirma ser possível que Augusto Mário e Abgar Renault tenham feito algumas correções antes

que o livro fosse publicado, “mas eram tão sérios e éticos, intelectualmente, que não acredito que tenham mudado uma só frase inteira” (Barcellos 2009: 255).

É possível questionar se essas desconfianças não estariam ligadas à recusa por parte do cânon literário patriarcal da capacidade de as mulheres produzirem literatura. Para Schwantes (2006: 7), um fato incontestável no que se refere à literatura de autoria feminina é o apagamento de sua produção literária. Em diversas situações, escritores brasileiros oitocentistas, por exemplo, resistiram às potencialidades das mulheres no universo literário por considerarem-nas inferiores e reveladoras de “sensibilidade contemplativa e exacerbada, sentimentalismo fantasioso, lampejos de histeria” (Schmidt 1995: 188). É o caso da recepção de João Ribeiro ao poema “Paisagem”, de Francisca Júlia. Em ocasião de sua publicação n’*A Semana*, ele custou a acreditar que os versos “fossem de mulher, e, supondo que se tratasse de mistificação, atribuiu-os a Raimundo Correia” (Ramos 1961: 7). Vale ressaltar que, mesmo quando o diário foi publicado, em 1942, esse tipo de posicionamento ainda persistia, como, por exemplo, nas desconfianças acerca da escrita de Clarice Lispector, cujos primeiros textos foram rejeitados pelos jornais pelo caráter subjetivo das narrativas.

Apesar dessas desconfianças, o diário foi bem acolhido pela crítica e obteve sucesso no mercado editorial, sendo traduzido para três línguas: inglês, francês e italiano. É possível acreditar que essa recepção positiva esteja atrelada à novidade do texto que, sem grandes pretensões literárias, captura um público leitor que se interessa pelo cotidiano familiar, em suas bases simples e interiorana, revelada com agudeza e sagacidade por uma personagem feminina em sua passagem para a vida adulta. Helena narra situações vivenciadas em seu cotidiano, embora, em muitos casos, ela analise acontecimentos que não a trazem como protagonista. As temáticas, as personagens e os lugares citados são diversos. Tendo em vista esses aspectos, Fischer afirma que:

deste diário, surge um retrato vivido de Diamantina e da extensa família de Helena. As anotações revelam impressões sobre os hábitos e as fraquezas da população local, tanto ricos como pobres, brancos e negros, jovens e velhos, homens e mulheres. Tratam da vida econômica e também das relações de classe e raça numa cidade pequena, mas não pouco importante, alguns anos depois da abolição da escravatura, em 1888. (1998: 176)

A partir de uma valorização local, Helena aborda acontecimentos típicos de uma cidade provinciana, situações corriqueiras, desde as relações familiares e festejos tipicamente religiosos até o “progresso” da cidade com a chegada dos Correios, do telefone e da energia elétrica, por exemplo. Schwarz afirma que *Minha vida de menina* constitui um “universo denso, capaz de autênticas revelações, a que a prosa da garota avessa ao tom pretensioso serve com propriedade absoluta, de grande literatura” (1997: 47). Essas considerações podem estar atreladas a algumas características literárias as quais surpreendem e, ao mesmo tempo, singularizam a obra, como a originalidade da percepção histórica, o uso da linguagem cotidiana em contexto provinciano, sem pretensão de ser canônica, a novidade de trazer o ponto de

vista narrativo de uma menina e o seu posicionamento audacioso frente a situações sociais, históricas e culturais.

UMA MENINA E AS MULHERES OITOCENTISTAS

Minha vida de menina apresenta as impressões subjetivas de uma jovem acerca da realidade em que vive. Nesse sentido, torna-se relevante pensar as vivências de Helena como mulher na sociedade brasileira oitocentista sujeita à forma como o patriarcalismo ainda exercia, no período em que o livro foi escrito (final do século XIX), forte influência sobre o comportamento feminino; bem como elementos tais quais a raça e religião que aparecem na obra de forma intensa e reveladora.

Helena possui um comportamento que a diferencia das demais mulheres de seu núcleo familiar Morley. As divergências a que referimos não dizem respeito somente quando comparadas às mulheres casadas, uma vez que assim poderiam dar a impressão de que as diferenças se limitariam à questão da constituição familiar. Como se pode notar na obra, a irmã e as primas, que possuíam idade semelhante à da jovem, mantinham comportamentos mais conservadores, condizentes com a mentalidade patriarcal imposta culturalmente às mulheres daquela época.

A diarista afirmava que, ao contrário dela, sua irmã era muito calada e bondosa. Ela dizia que suas primas eram dedicadas à escola e obedientes aos pais. No que se refere às tias, afirma que eram abnegadas e não tinham vida além da casa, do marido e dos filhos. A protagonista tenta construir uma imagem de si diferente em relação às mulheres com as quais convivia em seu cotidiano. Com frequência, ela tenta demarcar esse contraponto, mas, na prática, evidente nas bordas de seu discurso, nem sempre esse aspecto se confirma e convence o leitor, pois, em muitas situações, ela reproduz os traços da formação dessas mulheres e confirma a importância de se ser cuidadora da casa e manter o núcleo familiar tradicional, sob as bases paternalistas da época.

A protagonista da narrativa evidencia ser alvo de críticas por estar sempre na rua, ao invés de ficar em casa como era costume das moças solteiras. Em virtude disso, sempre que retornava de seus passeios, a jovem ouvia da mãe:

A mulher e a galinha
Nunca devem passear;
A galinha bicho come,
A mulher dá que falar.

E depois diz: — “era por minha mãe nos repetir sempre este conselho, que fomos umas moças tão recatadas. Vinham rapazes de longe nos pedir em casamento pela nossa fama de moças caseiras”.

Eu sempre respondo: “As senhoras eram caseiras porque moravam na Lomba. E depois, a fama foi o caldeirão de diamantes que vovô encontrou.

Moça solteira, a senhora não vê que não pode ter fama? Como? Se ninguém a vê?”. (Morley 1998: 236)

Os argumentos apresentados pela jovem na passagem acima contradizem a mãe. Helena interpreta a fama da mãe e de suas tias como resultado do dinheiro de seu avô e não necessariamente por serem jovens recatadas. A perspicácia da menina evidencia o casamento por interesse, destruindo assim, a teoria da mãe de que os pretendentes estavam em busca de “moças de família”.

Helena utiliza as páginas de seu diário não somente para relatar seus dias na pequena Diamantina, mas como meio de reflexão acerca da sociedade em que vive, partindo de seu ponto de referência: o contexto de uma cidade mineira no interior do Brasil oitocentista. Ela examinava as situações sociais de seu cotidiano com perspicácia, desvendando características de seus familiares, dos criados da avó, dos vizinhos, dos amigos, emitindo quase sempre pontos de vista contestadores. Os conselhos ditos pela mãe e por outros membros da família não eram aceitos de maneira tranquila e passiva, ao contrário, para cada situação a jovem apresentava uma análise própria, buscando compreender os fatos e apresentando prováveis soluções.

Desse modo, a visão de Helena sobre as mulheres da família era de mães e esposas exemplares, zeladoras da reputação dos filhos, mas que se colocavam sempre em segundo plano. De acordo com Ariès (1981), no século XIX, o papel das mulheres na sociedade consistia, basicamente, na subordinação ao pai ou ao marido. O estereótipo do homem como o chefe da família fundamentava-se nos preceitos da igreja cuja doutrina considerava a mulher como subordinada ao marido, cabendo a ela procriar e ser uma boa dona de casa. O trecho a seguir confirma essa perspectiva:

Ninguém na família se preocupa consigo. Todas as minhas tias só se ocupam dos maridos e dos filhos. A pessoa delas não vale nada. Nunca vi mamãe ou qualquer de minhas tias comer uma coisa antes dos maridos e dos filhos. Se alguma coisa na mesa é pouca, elas nem sabem o gosto. Mamãe eu ainda acho que é mais abnegada que as outras, porque além dos cuidados com os filhos, é a que tem mais agarramento com o marido. (Morley 1998: 225)

No diário, percebe-se que as mulheres da família Morley viviam em função de seus maridos e filhos. Em seus comentários, a narradora revela se incomodar com essa situação, pois se sente num lugar privilegiado por, além de ajudar a mãe com os afazeres domésticos, ter a oportunidade de estudar, o que não tinha acontecido com as demais representantes femininas da família. Apenas tia Madge, irmã do pai Alexandre, havia se formado na escola normal e atuava como professora, tardiamente quando tinha por volta de quarenta anos.

De acordo com Helena, seu avô “mandava educar os filhos no Rio. As filhas só aprenderam a ler e escrever; mas todas casaram na Lomba sem nunca virem à cidade” (Morley 1998: 124). Enquanto as figuras masculinas tinham a liberdade de estudar no Rio de Janeiro, as mulheres aprendiam o necessário para a condição de uma vida doméstica. Até mesmo sua tia Aurélia, que era considerada indisciplinada quando jo-

vem, depois de se casar com seu tio Conrado, tornou-se subserviente ao universo patriarcal como as outras tias. Em determinada narrativa, Helena comenta que estando sua avó doente, as filhas estavam cuidando dela, no entanto tia Aurélia ausentava-se para servir as refeições ao marido: “vai a casa às dez horas dar almoço a tio Conrado, às quatro horas dar jantar e às nove horas o chá”. E mais: “todos da família comentam como tio Conrado pôs tia Aurélia cumpridora dos deveres e ordeira assim, pois ela era a mais pirracenta e geniosa da família” (Morley 1998: 285).

No fragmento, a expressão “cumpridora dos deveres” revela a mulher oitocentista que, culturalmente, seguia determinado ritual de conduta em relação aos compromissos e princípios familiares. Essa submissão feminina, denunciada pela protagonista, é característica das práticas culturais relacionadas ao período de escrita do diário, tendo em vista o processo de representação ser construído e determinado pelas relações de poder decorrentes de uma violência simbólica (Bourdieu 2001: 207). Esse padrão de conduta era uma imposição destinada às mulheres brancas. De acordo com Costa (1999: 245), as mulheres negras não se enquadravam nesse retrato patriarcal, pois muitas delas exerciam o papel de chefes de família, trabalhando fora de casa e sendo responsáveis pelo próprio sustento.

Em *Minha vida de menina*, Helena narra diversos fatos envolvendo personagens negras que conviviam com ela. Muitas delas continuaram vivendo e trabalhando na chácara da avó Teodora, mesmo depois da abolição da escravatura, em 1888. Segundo Holanda (1995: 171), embora a abolição represente um marco entre duas épocas, que indica no Brasil o fim do predomínio agrário, nota-se que na prática as mudanças ocorreram lentamente. De acordo com Costa (1999: 342), o abolicionismo “representou uma etapa do processo de liquidação da economia colonial no país, envolvendo ampla revisão dos estilos de vida e de valores da nossa sociedade. Não significou, entretanto, uma ruptura definitiva com o passado”.

Diferentemente das mulheres brancas, cuja função social se resumia basicamente à condição de esposa, as negras exerciam diversos papéis na sociedade. Em *Minha vida de menina*, elas desempenhavam funções diversificadas, desde o trabalho como domésticas até a produção e a venda de quitutes variados. Na obra, existem relatos de negras bordadeiras, que fazem vestes para Nossa Senhora; de doceiras, que produzem e vendem doces na porta da igreja; de cozinheiras, que preparam pastéis para vender no teatro; de domésticas, que alugam seus trabalhos às casas de família; além disso, são as negras que produzem as velas, utilizadas nas festas de cunho religioso.

É importante que se esclareça que o fato de não serem cobradas em relação aos preceitos da sociedade patriarcal não torna a vida das mulheres afro-brasileiras mais simples. Ser mulher nesse período era algo desafiador, independente da etnia: quando não tinham obrigação de seguir os padrões estabelecidos pela época, como era o caso das mulheres brancas, sofriam à margem da sociedade, “como auto-sacrificadas, submissas sexualmente e materialmente reclusas, a imagem da mulher de elite se opõe à promiscuidade e à lascívia da mulher de classe subalterna, em regra mulata ou índia” (Del Priore 1993: 43).

Os preceitos exigidos para a mulher branca eram destaque em alguns jornais da época, que traziam uma espécie de manual de conduta feminina, em que as mulheres eram instruídas em relação aos seus afazeres e cuidados com a família. Um desses jornais, *O Sexo feminino*, traz uma explicação a respeito de como a mulher deveria se comportar perante a sociedade, podendo ser comparada a um anjo ou a um demônio, dependendo da sua conduta:

A mulher demônio impera nas salas, encontra em todos os olhos expressões de amor, em todos os lábios sorrisos forjados pela adulação. A sua desenvoltura excita a admiração pública [...]

A mulher anjo, pelo contrário, goza prazeres mais íntimos, mais santos, mais doces, mais duradouros [...].

A mulher demônio só pensa em joias e luxos, em rivalizar nos vestidos com as outras, em arruinar o marido, em enfeitar a cabeça (tão despida de juízo?), em passear, dançar e gozar essa vida buliçosa das salas [...]

A mulher anjo dedica-se exclusivamente aos deveres domésticos; só se enfeita para o esposo, para conservar acesa em seu coração a chama do amor, e consagra-se a seus filhos com sublime abnegação. (Anjos... 1874: 2-3)

Telles (1997: 403) assevera que o discurso formulado a partir da ascensão da burguesia considerava a mulher como força do bem, quando ligada ao ambiente familiar, à maternidade e à delicadeza, e como força do mal, quando associada a atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas. Nesse sentido, observa-se, no diário, que a mãe, a avó e as tias de Helena preocupavam-se com que as jovens mulheres da família tivessem uma conduta adequada perante a sociedade, ou seja, fossem “mulheres do bem”. Nesse sentido, os comportamentos e as atitudes da protagonista causavam preocupação da família, pois eram considerados inapropriados pelos excessos em relação aos passeios e festejos. Em mais de um relato, a narradora expõe os conselhos de sua mãe:

– Minha filha, quem sabe você acha que o mundo vai acabar? É o que eu penso quando vejo você nessa ânsia de se divertir. Você está começando a vida, minha filha. Não vá com tanta sede ao pote. Vocês hoje começaram a folia às seis horas da manhã. Eu estava lá dentro tomando café e vocês já na sala dançando. Isto está me amofinando muito; não é natural. Tudo que sai do natural escandaliza, minha filha. É preciso pôr um ponto final nessa vida e pensar também nos estudos. (Morley 1998: 319)

A mãe de Helena possuía um pensamento mais tradicional em relação ao comportamento feminino na sociedade. Acreditava que sua filha destoava desse padrão, podendo escandalizar a pequena cidade de Diamantina. Para ela, a vida não deveria ser apenas diversão, pelo contrário, era preciso primeiramente se preocupar com os estudos e a postura feminina disciplinada. Embora não tivesse estudado, ao contrário da filha, Carolina percebia a importância da educação para a formação da mulher.

Segundo D’Incao (1997: 228), as mulheres no século XIX tinham que aprender a se comportar em público e a conviver de maneira educada. O vestuário recatado era fundamental para a caracterização de uma mulher tida como honesta. “Esse discurso da aparência vai ser usado como mais um dos instrumentos de controle e normalização do comportamento feminino” (Bicalho 1989: 92-93). Os códigos sociais do período oitocentista condenavam a excessiva sociabilidade da mulher. Conforme Bicalho (1989), a ela era preciso dar muitos afazeres domésticos para que não ficasse ociosa. A ociosidade era fonte propulsora da necessidade das mulheres saírem do ambiente doméstico, desconstruindo a ordem familiar. Desse modo, a mãe de Helena tentava ocupá-la com os estudos a fim de afastá-la de atividades que não eram apropriadas para meninas de família, como estar constantemente nas ruas, por exemplo.

Em outra passagem do diário, a jovem demonstra contrariedade em relação às colegas que tentavam arrumar-lhe namorado. As meninas afirmavam que ela não deveria demorar a pensar em casamento, pois senão passaria de uma idade, considerada pela sociedade da época, como própria para a constituição do matrimônio. Tal aspecto pode ser observado no diálogo a seguir:

“Você já tem quatorze anos. Se não for ajeitando o seu desde já, de mais velha ninguém quererá. E você ficará para tia. Você assim, vai virar facão”. Respondi: “Mas se eu quero virar facão, que tem você com isto?” ela disse: “Se quer, está bem, mas nós nos incomodamos porque gostamos de você. É só por isso” [...] “Não se incomodem tanto comigo, minhas amigas; lembrem-se do ditado: casamento e mortalha no céu se talha”. (Morley 1998: 186)

Helena é uma jovem que não demonstra ter as mesmas inquietações que as colegas. Enquanto as meninas preparavam-se para a vida de matrimônio, ela pensava em terminar os estudos e lecionar. Poderia ser que a protagonista tivesse pretensão de se casar e constituir família, mas, em seu discurso, não parecia ser prioridade. Suas colegas, espelhando-se possivelmente na vida de suas mães, viam no ato matrimonial o futuro que as esperava. Freyre (2006: 429) assevera que foi “geral, no Brasil, o costume de as mulheres casarem cedo. Aos doze, treze, quatorze anos. Com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessa a Santo Antônio ou São João”.

Embora não falasse de namorados e demonstrasse desinteresse sobre o assunto, em alguns momentos, chega a cogitar a possibilidade de vir a se casar. De acordo com ela, se arrumasse um marido não precisaria dar aulas, demonstrando que, mesmo Helena tendo personalidade e sendo rebelde, existe uma aceitação no que se refere à sua condição de mulher oitocentista. De certa forma, ela via que se não conseguisse um cargo de professora, o que lhe restava era se casar, já que no período mencionado não havia muitas possibilidades para as mulheres fora do lar. O único trabalho considerado aceito era o exercício da docência.

Em *Minha vida de menina*, observa-se que o avô de Helena casava as filhas de acordo com seus próprios interesses. De acordo com a jovem:

As únicas que casaram por seu gosto foram mamãe e tia Aurélia, porque casaram depois da morte de vovô. Para as outras vovô escolhia o marido que ele queria. [...] Sempre vovô ajustava o casamento de duas ao mesmo tempo. Dava uma festa no Natal e contratava o casamento de duas. Elas levavam um ano fazendo o enxoval e casavam no outro Natal. Nesse ano já ficavam noivas outras duas. (Morley 1998: 331)

Nesse episódio, é possível deduzir que os casamentos das tias de Helena foram tratados como negócio realizado entre seu avô e os futuros maridos delas. Esse aspecto fica notório quando a jovem utiliza o vocábulo “contratava” para descrever a forma como os matrimônios eram organizados. Para Gonçalves (1989: 61), até o século XIX, o casamento ocorria por conveniência e era realizado por intermédio das famílias dos cônjuges. Nessa perspectiva, a mulher era considerada um elemento de troca, tendo em vista que o plano econômico era o articulador das uniões. Essa associação entre casamento e dote da mulher dava ao matrimônio um caráter material e não sentimental. Somente no final do século que o casamento passa a ser fundado em afeto, constituindo-se um espaço de trocas amorosas.

De acordo com Bicalho (1989: 91), o período oitocentista, apesar de ainda manter as características de uma sociedade patriarcal, começa a assinalar uma nova identidade da mulher, sobretudo no que se refere à educação. A mulher passa a ter acesso às escolas, ganhando visibilidade na esfera pública. A mulher urbana, educada, aos poucos passa a interagir com o mundo a sua volta e buscar seu espaço na sociedade. Mesmo Helena achando-se preguiçosa em relação aos estudos, sabe que concluir o magistério é a única forma de uma jovem mulher branca conseguir trabalhar fora de casa. A menina fazia planos para o futuro: “Renato, assim que tirasse o título, podia ir para longe dar escola, porque é homem; mamãe e Luisinha ficavam com o serviço da casa, e eu na escola” (Morley 1998: 121).

Helena, graças ao espírito questionador que possuía, revelava-se incomodada em relação à forma como os homens eram considerados mais importantes que as mulheres. Seu pai era muito valorizado na família por ser um homem honesto e trabalhador; já sua mãe não era reconhecida da mesma forma, por mais que demonstrasse ter as mesmas qualidades. Esse aspecto é explicado por Ariès (1981), ao afirmar que o lugar social da mulher, no século XIX, era determinado pelo patriarcalismo; a mulher não apresentava posições de destaque por estar sempre à margem do marido.

De acordo com Costa (1999: 244-245), essa visão dicotômica entre homem/mulher era típica da sociedade da época. Nesse período, caracterizado pela transição de uma sociedade monárquica, escravista, agrária para uma sociedade republicana, livre, industrial – ainda vigoravam os velhos padrões sociais, em sua maioria, advindos do pensamento cristão nos moldes difundidos pelo Sistema Colonial. No entanto, o discurso de Helena funciona como a representação das nuances de uma nova mentalidade feminina, cujas observações perspicazes e reflexivas demonstravam indícios de rompimento com o pensamento tradicional e misógino oitocentista. É fato, por outro lado, evitando qualquer tipo de anacronismo, a postura dessa narradora não pode ser encarada como de uma revolucionária. Ela representava uma jovem ques-

tionadora do papel da mulher nessa sociedade, na qual, na maioria das vezes, tudo era imposto e aceito.

CONCLUSÃO

Minha vida de Menina, de Helena Morley, é uma obra bastante instigante e envolvente que, por meio de um discurso diarístico, adentra nas mais diversas possibilidades de representação do universo das mulheres do período oitocentista brasileiro. Sob a ótica de uma jovem, colocam-se em evidência, principalmente, três perfis femininos do cotidiano de uma cidade de interior: 1) de uma jovem questionadora da condição e dos limites do papel da mulher em seu tempo; 2) de mulheres ainda condizentes com os padrões patriarcais impostos culturalmente; 3) de afro-brasileiras em difícil construção de suas identidades, após o período escravista.

Helena possui uma personalidade marcante por falar o que pensa sem se preocupar com as opiniões dos adultos ou com as imposições da sociedade. Em relação às primas, tias e amigas, a protagonista manifesta uma superioridade narcisista. A jovem, pela capacidade de emitir juízos de valor diante dos fatos, sente-se bem à vontade, no espaço íntimo e livre do diário, de se considerar mais inteligente do que as pessoas com as quais convive. A vaidade da jovem encontra subsídios na escrita diarística, em que o papel é considerado um espelho que permite que a narradora-personagem possa olhar para si mesma e entender a própria personalidade. Usa da afeição e da simpatia para se beneficiar: na escola, parece querer aproveitar-se da amizade com os professores para deixar de cumprir com as atividades obrigatórias das aulas; na chácara, vê no apreço demonstrado pela avó a oportunidade de conseguir bens materiais, como vestidos e sapatos novos.

O texto funciona, assim, como uma forma de autoafirmação: ao se colocar como esperta, inteligente e perspicaz, Helena está caracterizando o que é próprio de sua identidade. Nesse sentido, as palavras de Lejeune complementam essa particularidade da representação diarística:

O papel é um espelho. Uma vez projetados no papel, podemos nos olhar com distanciamento. E a imagem que fazemos de nós tem a vantagem de se desenvolver ao longo do tempo, repetindo-se ou transformando-se, fazendo surgir as contradições e os erros, todos os vieses que possam abalar nossas certezas. É certo que só é possível viver com alguma autoestima, e o diário será, como a autobiografia, o espaço de construção dessa imagem positiva. Mas ele também pode ser espaço de análise, de questionamento, um laboratório de introspecção. (Lejeune 2008: 263)

Essa necessidade da narradora-protagonista de se declarar diferente e superior dentro do ambiente familiar pode ser interpretada como a revelação da construção e da afirmação identitária feminina, experimentadas em um entrelugar, momento

transitório da fase infantil para a adulta. A personagem Helena, ao buscar a própria identidade, encontra-a pelo confronto com o pensamento dos adultos, sobretudo dos familiares. Na construção da narrativa, Helena Morley atua na conservação de uma memória tanto individual, por meio do processo de construção identitária da jovem, que busca conhecer a si mesma, quanto coletiva, considerando a mulher como parte de um grupo, sujeita às peculiaridades características da sociedade patriarcal.

O registro escrito da narradora-personagem, que se apropria de um discurso próximo da oralidade, evidencia tanto a singularidade e simplicidade da linguagem quanto a complexidade das reflexões que contrariam os valores impostos socialmente. No texto de autoria feminina, a memória “soa antes como voz, como fala, do que propriamente como escrita. Entretanto, essa é uma voz que escreve, ou, melhor dizendo, inscreve: borda, recorta, faz marcas no corpo do texto” (Castello Branco, 1990: 176).

A narrativa de Morley se apropria dessas características, deixa marcas particulares de uma jovem que ainda está em busca da própria identidade. A linguagem se opõe ao padrão, ao cristalizado e apresenta liberdade de poder anunciar com a própria voz, sem preocupações com a rigidez linguística e com adequações de ordem social, impostas culturalmente. Expor seus pensamentos sem regras reforça o posicionamento libertário de uma jovem a qual tenta resistir insistentemente ao contexto cultural castrador de sua região. Nessa perspectiva, para além de um relato íntimo, o texto de Helena Morley possui registros históricos os quais permitem também uma reflexão em relação à sociedade oitocentista e as suas ambiguidades. A personagem Helena consegue evidenciar, ao analisar os perfis femininos em suas singularidades, sob uma outra ótica, muitas vezes subversiva, as condições de esfera social tecidas no cotidiano da pequena cidade em que vivia. Essa obra, pioneira no gênero diarístico nacional, impressiona pelo desmascaramento crítico, por meio de uma voz narrativa feminina natural, com toques de inocência, dos aspectos socioculturais relativos à formação das mulheres no século XIX brasileiro.

Pelas razões apresentadas, que demarcam a importância do livro, é possível, então, reivindicar o seu lugar na história da literatura brasileira, o que coloca em questionamento o cânone literário que, violentamente, persiste em marginalizar e silenciar textos interessantes, escritos por mulheres oitocentistas, como é o caso de *Minha vida de menina*, de Helena Morley.

OBRAS CITADAS

ANJOS e demônios. *O sexo feminino*, Campanha, 30 ago. 1874, ano 1, n. 44, pp. 2-3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=706868&pesq=anhos%20e%20dem%C3%B4nios>.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARCELLOS, Sérgio da Silva. *Escritas do eu, refúgios do outro: identidade e alteridade na escrita diarística*. 2009. PUC-Rio, Tese (PPG em Letras). Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=13197@1>.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX*. Albertina de Oliveira Costa & Cristina Bruschini (orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989, pp. 79-99.

BOURDIEU, Pierre. *Violência simbólica e lutas políticas. Meditações pascalianas*. Trad. Sérgio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, pp. 199-251.

BRANT, Vera. *Alice e Helena Morley*. Brasília: Kiron, 2013.

CASTELLO BRANCO, Lúcia. *A traição de Penélope: uma leitura da escrita feminina da memória*. 1990. UFMG, Tese (Doutorado em Letras)

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7.ed. São Paulo: UNESP, 1999.

D'INCAO, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. Mary del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 223-240.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FISCHER, Britta. *As experiências de liberdade de Helena Morley*. *Novos Estudos* (São Paulo), n. 51, pp. 175-188, jul/1998. Disponível em: <http://novosestudos.uol.com.br/produto/edicao-51/>

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. *Dote e casamento: as expostas da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro*. Albertina de Oliveira Costa & Cristina Bruschini (orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989, pp. 61-78.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Trad. de Jovita Maria Gerheim Noronha & Maria Inês Coimbra Neves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PISCITELLI, A. G. *Histórias que as histórias de amor contam: mulheres, rebeldia e casamentos*. Albertina de Oliveira Costa & Cristina Bruschini (orgs.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice/Fundação Carlos Chagas, 1989, pp. 121-142.

RAMOS, Péricles Eugênio da Silva. Introdução. Francisca Júlia da Silva. *Poesias*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1961.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Repensando a cultura, a literatura e o espaço da autoria feminina. Márcia Hoppe Navarro (org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995, pp. 182-189.

SCHUMAHER, Maria Aparecida & Érico Teixeira Vital Brazil. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SCHWANTES, Cíntia. Dilemas da representação feminina. *OPSIS* (Goiânia), v. 6, n. 1, pp. 7-19, 2006. Disponível em <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/9308>.

SCHWARZ, Roberto. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. Mary del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997, pp. 401-442.

ZOLIN, Lúcia Osana. Crítica feminista. Thomas Bonnici & Lucia Zolin (org.). *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*. 3. ed. Maringá: Eduem, 2009, pp. 217-242.

MINHA VIDA DE MENINA, BY HELENA MORLEY: A LOOK AT WOMEN'S ROLE IN BRAZILINA NINETEENTH CENTURY

ABSTRACT: This article proposes to make an analysis of the work *Minha vida de menina*, of Helena Morley, pseudonym of Alice Dayrell Caldeira Brant, in view of the representation of the role of women in the nineteenth century Brazilian period. Published in 1942, this book is the reunion of the writings of a diary she wrote between the years 1893 and 1895 when she was between 13 and 15 years old. In this work, there are several female characters, especially the mother, the grandmother and the sister of Helena, who have behaviors consistent with the patriarchalism in force at a time when power was predominantly concentrated in the male figure. On the other hand, despite this condition, one can see that Helena is able to break, to a certain extent, with some of the stereotypical precepts imposed on nineteenth century Brazilian women. The protagonist reflects and questions the role of the nineteenth century Brazilian woman, highlighting, at times, the differences between men and women in the society of this period.

KEYWORDS: Helena Morley; feminine; Nineteenth century woman.

Recebido em 10 de outubro de 2017; aprovado em 2 de junho de 2018.